

## EX DETENIDOS-DESAPARECIDOS, MILITANTES PELOS DIREITOS HUMANOS. AS MODALIDADES DE INSERÇÃO DOS SOBREVIVENTES DOS CENTROS CLANDESTINOS DE DETENÇÃO NO MOVIMENTO ARGENTINO PELOS DIREITOS HUMANOS

MARCOS TOLENTINO

### [RESUMO]

O objetivo do nosso trabalho é analisar as modalidades de inserção dos sobreviventes dos centros clandestinos de detenção que funcionaram principalmente durante a última ditadura civil-militar argentina (1976-1983) no movimento argentino pelos direitos humanos. Utilizaremos como fontes algumas entrevistas disponibilizadas para a consulta pública pelo Arquivo Oral da instituição argentina Memoria Abierta. A nossa hipótese é que a sua participação na luta pelos direitos humanos foi uma das formas encontradas por eles para reconstruir as suas subjetividades e as suas identidades políticas arrasadas pela experiência do próprio desaparecimento. Porém, ao revisarmos a bibliografia disponível sobre a história do movimento argentino por direitos humanos, encontramos poucas menções a suas intervenções nos debates públicos sobre o passado ditatorial e sobre as medidas de memória e de justiça implementadas na Argentina, assim como das relações estabelecidas com os organismos de direitos humanos e com o Estado. Trata-se, portanto, de um ator político silenciado, numa narrativa histórica que tende, principalmente, a recuperar a participação dos familiares de mortos e desaparecidos.

Palavras-chave: Argentina; movimento de direitos humanos; sobreviventes; memória.

### [ABSTRACT]

**Ex detenidos-desaparecidos, militants for human rights. The modalities of participation of the survivors of the clandestine centers of detention in the Argentine human rights movement.**

The objective of our work is to analyze the modalities of participation of the survivors of the clandestine detention centers that worked mainly during the last Argentine civil-military dictatorship (1976-1983) in the Argentine human rights movement. Our sources are the interviews available in the Oral Archives of the Argentine institution Memoria Abierta. Our hypothesis is that their participation in the human rights movement was one of the ways they found to reconstruct their subjectivities and their political identities devastated by the experience of their own disappearance. However, in the bibliography about the history of the Argentine human rights movement, we find a few mentions of their interventions on public debates about the dictatorial past and about the memory and justice measures implemented in Argentina, as well as on the relations established between these actors and the human rights groups and the state agencies. It is, therefore, a silenced political actor, in a historical narrative that mainly tends to focus on the participation of the family members of the desaparecidos.

Keywords: Argentina; human rights movement; survivors; memory.

MARCOS TOLENTINO

Em abril de 1987, a revista *El Periodista* de Buenos Aires publicou uma reportagem sob o título “El duro oficio de sobrevivir”, na qual apontava as dificuldades de reinserção na vida cotidiana para as vítimas da repressão da última ditadura civil-militar argentina (1976-1983), particularmente os sobreviventes dos centros clandestinos de detenção (CCD) <sup>2</sup>. A nota foi produzida a partir de uma entrevista coletiva realizada pelo jornalista Luis Gruss com quatro sobreviventes: Osvaldo Barros e Enrique Fukman, ambos sequestrados e desaparecidos na ESMA; <sup>3</sup> Guillermo Lorusso, sequestrado e desaparecido em El Vesubio; <sup>4</sup> e Adriana Calvo de Laborde, sequestrada e desaparecida em dois CCDs que funcionaram na cidade de La Plata: Arana e o Pozo de Banfield (GRUSS, 1987, p. 25). <sup>5</sup>

<sup>2</sup> Em nossa análise, optaremos por utilizar o termo “centros clandestinos de detenção” e, sobretudo, a sigla CCD para fazer referência aos espaços clandestinos de repressão que começaram a funcionar na Argentina antes mesmo do golpe de Estado de 24 de março de 1976. Segundo Pilar Calveiro, com o golpe de 24 de março de 1976, o desaparecimento forçado de pessoas tornou-se a modalidade repressiva por excelência, em detrimento da prisão arbitrária e do assassinato político. Entretanto, desde 1966, a desapareição foi praticada de maneira esporádica até se tornar uma política institucional em 1975. Em sua maioria, os CCD funcionaram entre 1976 e 1979, algumas exceções como a Escuela de Mecánica de la Armada (ESMA), que funcionou até 1983. Além disso, as maneiras de se referir aos indivíduos que saíram com vida desses espaços também variou em diferentes contextos e espaços de enunciação: “liberados”, “torturados”, “reaparecidos”, “ex detidos-desaparecidos”, “sobreviventes”. Em nosso trabalho, utilizaremos esta última, pois ela dá conta, como apontou Julieta Lampasona, da (própria) desapareição e da posterior sobrevida do sujeito como etapas que fizeram parte da experiência dessa categoria de vítima. Ver: CALVEIRO, 2008, p. 25-28; LAMPASONA, 2017, p. 15-16. <sup>3</sup> A Escuela de Mecánica de la Armada (ESMA), localizada na zona Norte de Buenos Aires, foi um dos maiores CCD do país. Originalmente, esteve destinada para a instrução técnica e o alojamento dos suboficiais da Marinha. Durante a ditadura, esse funcionamento normal coexistiu com o funcionamento do CCD. Estima-se que estiveram sequestradas aí ao redor de cinco mil pessoas, reclusas em um dos prédios, o “Casino de Oficiais”. Além de ser prova material nos processos judiciais que julgam os crimes de lesa humanidade cometidos na ESMA, em 2015, foi inaugurado nesse edifício o “Museo Sitio de Memoria ESMA”, com uma mostra permanente baseada, principalmente, no testemunho de sobreviventes da ESMA. <sup>4</sup> El Vesubio funcionou entre 1976 e 1978, na cidade de La Tablada, Zona Oeste da grande Buenos Aires. Durante a última ditadura, o local funcionou sob responsabilidade do I Cuerpo del Ejército e teve duas etapas de funcionamento, com uma modificação nas modalidades e nos alvos da repressão. Enquanto na primeira o seu alvo principal eram as frentes do Movimento Peronista, na segunda etapa os sequestros se concentraram principalmente sobre militantes da organização Vanguardia Comunista. Dessa última etapa provém a maioria dos sobreviventes do CCD, que foram liberados ao longo de 1979 após um particular procedimento de legalização, que incluiu a passagem deles por diferentes prisões na província de Buenos Aires. Parte desses sobreviventes, junto com advogados do CELS, realizaram investigações e denúncias públicas que resultaram na abertura de causas judiciais sobre o ocorrido em El Vesubio ainda durante a ditadura. <sup>5</sup> Os pozos de Arana e Banfield foram dois CCDs que funcionaram na cidade de La Plata, capital da província de Buenos Aires. Pozo ou chupadero eram alguns dos termos utilizados pelas forças de segurança para se referir aos espaços de detenção clandestinos. Banfield e Arana foram parte do chamado Circuito Camps, um dos maiores centros de operações do país, baseando-se no funcionamento de mais de vinte CCD. A metáfora do “circuito repressivo clandestino” era geralmente utilizada para fazer referência aos CCD sob o comando de determinada força, nos quais elas faziam circular os seus sequestrados, como aconteceu com Adriana Calvo, seja para dificultar a sua localização, para utilizá-los em determinadas atividades realizadas em um dos CCD ou para desmontar espaços em funcionamento.

De acordo com a reportagem, apesar do desaparecimento e da situação contraditória “entre a vida e a morte” no CCD tivessem terminado “de maneira imprevista” após a “legalização” de sua situação pelos militares; isso não ocorreu com o “calvário” desses indivíduos que, em sua maioria, tiveram que conviver com estigmas e novos dilemas. Um destes dilemas teria sido o medo ou a “perseguição”, pois, segundo Osvaldo Barros, “todos salimos del encierro con una especie de pánico (...) al caminar por la calle, al pasar cerca de algún patrullero o delante de una comisaría.” (GRUSS, 1987, p. 25). Guillermo Lorusso contou que se tornou “excessivamente cuidadoso” com os lugares que frequentava, chegando inclusive a não voltar a morar na casa em que o sequestraram, e evitando dizer para as pessoas o seu novo endereço. Adriana Calvo lembrou-se que inicialmente ela vivia “aterrorizada”, “calada” e “isolada”: “durante años fui a la Plaza de Mayo los jueves, pero la miraba desde la vereda de enfrente...Cuando vino la comisión de la OEA, creo que di diez vueltas a la manzana sin animarme a hacer la denuncia, que era lo que realmente necesitaba” (GRUSS, 1987, p. 25). Segundo os entrevistados, nesse quadro de “retorno à vida”, “retomar o ritmo cotidiano” através de práticas habituais prévias ao sequestro, tais como trabalhar e estudar, eram, além de necessidades econômicas, “uma terapia essencial para se conectar novamente com o mundo”. Enrique Fukman aponta que seguir com seu curso superior na Faculdade de Engenharia da Universidade de Buenos Aires foi uma “autoimposição”, “casi como elemento consciente de autodefensa”, o que o ajudou a “no caer en el pozo del miedo”. Entretanto, retomar as atividades prévias ao sequestro não foi um processo simples, fruto apenas da iniciativa pessoal: ao tentar reincorporar-se em seu cargo de professora-investigadora na Faculdade de Ciências Exatas na Universidade Nacional de La Plata, Adriana Calvo foi informada que estava suspensa de seu cargo por “ausência no trabalho” no período em que esteve sequestrada, e que, para anular a suspensão, deveria “apresentar comprovantes” sobre o que lhe havia passado.

MARCOS TOLENTINO

Uma vez em liberdade, os sobreviventes conviveram também com a atribuição de culpas. Entre os familiares de desaparecidos, contou Osvaldo Barros, era comum o questionamento “por que você saiu e meu filho não?”. No seu próprio entorno familiar, Adriana Calvo encontrou resistências para contar o que lhe havia passado, tanto pela dificuldade que seus familiares alegavam ter de “aguentar” escutar o que ela tinha para contar; quanto pela atribuição de responsabilidades pelas consequências que a busca por informações sobre o seu paradeiro e do seu marido, Miguel Laborde, trouxeram para a saúde de sua mãe e de sua sogra. Como apontou Guillermo Lorusso, a atribuição de culpas dificultava o processo de “transmitir com palavras o horror vivido nos chupaderos.

Por outro lado, Osvaldo Barros reivindicou a militância nos direitos humanos como algo que lhe permitiu superar a “culpa da sobrevivência” e encontrar um espaço para a ação pública. Baseado nisso, ao final da reportagem, o jornalista que conduziu a entrevista destacou o papel duplo assumido por muitos sobreviventes: testemunhas nas causas judiciais abertas contra os repressores e militantes que atuam nos organismos de direitos humanos. Em relação aos quatro entrevistados, todos eram nesse momento membros de um organismo específico: a Asociación de Ex Detenidos Desaparecidos (AEDD), apresentada publicamente em Buenos Aires em outubro de 1984, e formada sobretudo por sobreviventes. 6 Apesar dessa vinculação não estar clara na matéria, notamos a reprodução de um cartaz produzido pela AEDD em 1987, no qual se vê duas figuras humanas vendadas e acorrentadas, numa clara referência às condições de detenção nos CCD, além de uma das consignas do grupo: “Nuestra renuncia es regalar la gloria al asesino” (GRUSS, 1987, p. 25).

As histórias contadas por Adriana Calvo, Osvaldo Barros, Enrique Fukman e Guillermo Lorusso ao jornalista Luis Gruss demonstram que a incorporação ao movimento argentino pelos direitos humanos foi uma das formas encontradas pelos sobreviventes 6 para reconstruir-se subjetivamente e para alcançar uma reinserção social e política depois do desaparecimento.

Além disso, ao citar as dificuldades encontradas durante a ditadura para se aproximar dos organismos então em atividade, suas experiências demonstram que seu envolvimento na luta pelos direitos humanos não se iniciou com a transição democrática, nem com o início das investigações da Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas (CONADEP), em 1984. Entretanto, na escassa bibliografia disponível que se dedicou a analisar as trajetórias dos sobreviventes na Argentina, notamos que esta participação não recebeu a sua devida atenção, assim como os espaços de militância formados por eles. 7 O que, sim, podemos perceber é que em sua maioria tais análises reforçam as intervenções dos sobreviventes na luta pelos direitos humanos através apenas do testemunho, ou por se tornarem, nas palavras de Ana Longoni, “testemunhas do horror” (LONGONI, 2007). Em relação ao caso argentino, a associação entre a figura do sobrevivente e a da testemunha teria se originado quando os primeiros testemunhos produzidos no exterior começaram a circular na rede transnacional de direitos humanos, entre os grupos de exilados argentinos e organismos de direitos humanos no país e no exterior, 8 gerando debates e polêmicas sobre a sua veracidade e a importância de torná-los públicos (CRENZEL, 2008, p. 44; FRANCO, 2009; JENSEN, 2010).

6 O nosso levantamento inicial de membros da AEDD apontou-nos para a inclusão de pelo menos dois familiares, mães de desaparecidos: Antonia Álvarez de Cristina, que cedeu a sua casa para a primeira sede do grupo; e Syra Franconetti, responsável pela formação do primeiro arquivo da AEDD e pela compilação de dados sobre desaparecidos. Ver: Memoria Abierta, Testimonio de Antonia Álvarez de Cristina, Buenos Aires, 2001; Memoria Abierta, Testimonio de Syra Franconetti, Buenos Aires, 2008. 7 Para uma história do movimento argentino pelos direitos humanos, ver: JELIN, 2017, p. 85-150. Dentre os trabalhos que inserem a AEDD e outros organismos de direitos humanos formados por sobreviventes na sua análise sobre o movimento argentino pelos direitos humanos, podemos citar: TAHIR, 2011; GUGLIELMUCCI, 2013; PARK, 2014; TELLO, 2015; LAMPASONA, 2017; GONZÁLEZ TIZÓN, 2016, 2018a e 2018b, AYALA, 2019.

8 A rede de direitos humanos latino-americana surgiu nos anos 1970 para responder a tipos específicos de abusos de direitos humanos, sobretudo violações maciças cometidas por ditaduras militares. A partir de então os grupos de direitos humanos dos países da região se conectaram entre si e com uma grande quantidade de atores internacionais para protestar contra as violações e pressionar por mudanças. O grosso da atividade da rede de direitos humanos se deu em torno da informação e da denúncia, o que envolvia a reunião, a publicação e a disseminação de informações sobre as violações aos direitos humanos. Essa atuação em rede dotou o movimento argentino pelos direitos humanos do seu caráter transnacional, não se restringindo assim a ações para dentro das fronteiras do país. Ver: SIKKINK, 2006

MARCOS TOLENTINO

Essa relação se consolidaria em uma etapa posterior, com a emergência pública dos seus relatos na imprensa no cenário do chamado “show de horror” (FELD, 2015); e, sobretudo, a partir do seu reconhecimento como vítimas da repressão ditatorial no marco da investigação da CONADEP, em 1984, e no posterior julgamento aos comandantes das Juntas Militares, o chamado Juicio a las Juntas, em 1985. Nesse quadro teria ocorrido, segundo Rodrigo González Tizón, a “emergência pública dos sobreviventes” (GONZÁLEZ TIZÓN, 2018a, p. 90). A proliferação de relatos sobre o cativo clandestino converteria os sobreviventes em figuras centrais nos processos judiciais viabilizados pelo governo de Raul Alfonsín para julgar os crimes da repressão, mas algumas limitações foram colocadas aos testemunhos então produzidos. Se, por um lado, seus testemunhos buscavam comprovar a sistematicidade da repressão clandestina e os seus tormentos pessoais; por outro, silenciavam a emergência de suas trajetórias individuais e os vínculos políticos prévios aos sequestros (FELD, 2002; VEZZETTI, 2002; CRENZEL, 2008). Já num contexto posterior, durante o chamado boom da memória, que seguiu as comemorações dos vinte anos do golpe de 24 de março de 1976, Ludmila da Silva Catela concluiu que nos atos em homenagem aos desaparecidos os sobreviventes formavam um grupo “pouco legitimado” para tornar pública a sua palavra, pois os seus relatos traziam dois temas que ainda se encontravam silenciados no espaço público: a luta armada e a militância dos anos 1970, e a desumanização dentro dos CCD (CATELA, 2001, p. 273). Uma mudança significativa da presença pública dos sobreviventes nos espaços próprios da luta pelos direitos humanos teria ocorrido apenas em 24 de março de 2004. Segundo Elizabeth Jelin, um dos motivos que tornou este 24 de março “numa comemoração muito especial” teria sido justamente o seu protagonismo na visita realizada pelas autoridades governamentais pelos prédios em que funcionou a ESMA, então cedido para se tornar um espaço de memória e direitos humanos, alcançando assim uma presença pública e midiática

que “não havia sido simples até aquele momento” e surgindo pela primeira vez como protagonistas na luta por memória, verdade e justiça (JELIN, 2011, p. 240-243).

Entretanto, a inserção dos sobreviventes no movimento argentino pelos direitos humanos é anterior a esse momento. Em 29 de outubro de 1984, foi apresentada publicamente a Asociación de Ex Detenidos-Desaparecidos (AEDD). Tratou-se do primeiro organismo formado fundamentalmente por sobreviventes, característica esta que se tornava clara em seus objetivos: gerar a solidariedade mútua entre eles; prestar orientações para a sua recuperação física, psíquica, social, e para a recuperação material e o ressarcimento dos danos causados a eles e a seus familiares; produzir conhecimento acerca do que significava ser um sobrevivente. A importância de se criar uma associação própria estaria no fato dos sobreviventes serem o testemunho vivo mais irrefutável da existência de circuitos repressivos clandestinos na ditadura recém-terminada. Logo, era necessário garantir a promoção permanente do seu testemunho ante a opinião pública argentina. Para tanto, deveriam promover a sua incorporação na luta pela vigência dos direitos humanos, fazendo-os perder o medo inculcado pela ditadura. 9

De acordo com o folheto lido durante tal apresentação, a AEDD teria se constituído nos meses prévios, a partir de reuniões ocorridas em espaços cedidos por outros organismos – Avós de Praça de Maio, Familiares de Desaparecidos y Detenidos por Razones Políticas, e Asamblea Permanente por los Derechos Humanos (ADPH). Esta versão se diferencia das outras duas encontradas ao longo de nossa pesquisa inicial. Em testemunhos produzidos e disponibilizados para a consulta pública pelo Arquivo Oral do Memoria

9 CEDINCI. Asociación de Ex Detenidos Desaparecidos. Acto de presentación. Fines y objetivos. ¿Por qué esta asociación? En qué momento nace. Homenaje a los organismos con vida. Buenos Aires, 29 de outubro de 1984

MARCOS TOLENTINO

Abierta, alguns membros fundadores relatam que a sua criação foi proporcionada pela reestruturação da Vanguarda Comunista (VC), em torno da bandeira dos direitos humanos, e do consequente diálogo que se estabeleceu com os organismos em atividade. 10 Já segundo Emilio Crenzel, as entrevistas realizadas com outros fundadores apontam a passagem pelo Centro Cultural San Martín, para atender ao chamado público da CONADEP, como crucial para que o grupo se conhecesse e, a partir daí, formasse uma entidade própria (CRENZEL, 2008, p. 222). Por se tratar de produções de memórias, não nos cabe apontar qual dessas versões seria a verdadeira; mas devemos notar como todas coincidem no fato da criação da AEDD ter sido o resultado de uma inserção prévia dos sobreviventes na luta pelos direitos humanos, iniciada na ditadura e que se seguiu tanto nos organismos de direitos humanos quanto nos espaços implementados pelo governo de Raul Alfonsín.

Partindo dessa constatação, o objetivo do nosso trabalho é analisar as modalidades de inserção dos sobreviventes dos centros clandestinos de detenção que funcionaram durante a última ditadura civil-militar argentina (1976-1983) no movimento argentino pelos direitos humanos. A nossa hipótese é que a sua participação na luta pelos direitos humanos foi uma das formas encontradas por eles para reconstruir as suas subjetividades e as suas identidades políticas arrasadas pela experiência do próprio desaparecimento. Porém, ao revisarmos a bibliografia disponível sobre a história do movimento argentino por direitos humanos, encontramos poucas menções a suas intervenções nos debates públicos sobre o passado ditatorial e sobre as medidas de memória e de justiça implementadas na Argentina, assim como das relações estabelecidas com os organismos de direitos humanos e com o Estado.

10 Memoria Abierta, Testimonio de Dario Machado, Buenos Aires, 2003; Memoria Abierta, Testimonio de Guillermo Lorusso, Buenos Aires, 2003. Para uma análise desse processo de vinculação da VC com a luta pelos direitos humanos, ver: GONZÁLEZ TIZÓN, 2018b.

Trata-se, portanto, de um ator político silenciado, numa narrativa histórica que tende, principalmente, a recuperar a participação dos familiares de mortos e desaparecidos.

Para tanto, analisaremos algumas entrevistas de sobreviventes disponibilizadas para a consulta pública pelo Arquivo Oral do Memoria Abierta. O Arquivo Oral do Memoria Abierta é formado atualmente por 925 registros audiovisuais de entrevistas testemunhais e pode ser consultado na sala de Consulta Pública da Instituição, que, desde 2014, ocupa um dos edifícios do Espacio Memoria y Derechos Humanos, onde antes funcionava o CCD ESMA. 11 Um dos princípios da construção do seu patrimônio documental é o entendimento de que a história deve ser narrada através de relatos múltiplos que deem conta das diferentes perspectivas, memórias e experiências (CARNOVALE, NAFTAL, 2004, p. 10). Em relação aos testemunhos dos sobreviventes, eles se diferenciam dos relatos produzidos em outros espaços de denúncia anteriores à formação do Memoria Abierta, por se referirem à experiência pessoal dos entrevistados em relação aos principais processos sociais, políticos e ideológicos da segunda metade de século XX, enfatizando a mobilização social e política, o terrorismo de Estado e a luta pelos direitos humanos durante a ditadura e o período democrático (BACCI, OBERTI, SKURA, 2012, p. 33). Consequentemente, essas entrevistas permitem uma aproximação das histórias de vida com matizes mais diversos, indo além da ênfase posta na violência sofrida por cada indivíduo, característica nos outros testemunhos produzidos previamente em espaços de denúncia:

11 O Espacio Memoria y Derechos Humanos é o nome dado, a partir de 2004, ao complexo de prédios onde funcionou, até 1998, a ESMA, utilizada como um dos principais CCD pela última ditadura. A sua criação foi anunciada pelo então presidente Nestor Kirchner no ato de comemoração aos 28 anos do Golpe de Estado de 24 de março de 1976, no ano de 2004. Ao se efetivar a desocupação dos prédios por parte da Marinha, em 20 de novembro de 2007, o Poder Executivo e a Cidade Autônoma de Buenos Aires assinaram o convênio de criação do Ente Público Interjurisdiccional Espacio para la Memoria y para la Promoción y Defensa de los Derechos Humanos, que assumiu a administração do espaço que hoje se propõe como um âmbito de homenagem às vítimas e de condenação aos crimes de lesa-humanidade cometidos durante o terrorismo de Estado. Disponível em: <http://www.espaciomemoria.ar>. Acesso em: 16 out. 2019.

MARCOS TOLENTINO

(...) el elemento diferenciador del Archivo Oral estuvo dado por los aspectos incluidos en las entrevistas, que transcendían la experiencia referida al terrorismo de Estado e incorporaban información de su vida; la infancia; el trabajo; su vinculación con la política; la religión; la vida familiar; las características personales de sus seres queridos desaparecidos; su vida antes, durante y después de la dictadura, el balance de los hechos de la actualidad. (CARNOVALE, NAFTAL, 2004, p. 12).

O espaço (Memoria Abierta) e o momento em que foram produzidos (começo dos anos 2000) são imprescindíveis para compreendermos o porquê dos testemunhos do Arquivo Oral apresentarem essa diferença em relação a outros produzidos anteriormente. Para tanto, partirei do exemplo dos sobreviventes dos centros clandestinos de detenção: segundo Michael Pollak, o testemunho de sobreviventes de situações-limites pode encontrar restrições para o que pode ou não ser dito, o que tem ou não sentido, tanto para quem conta, quanto para quem escuta, levando alguns a optar pelo silêncio. Além disso, aponta Pollak, os não-ditos podem vir à tona de acordo com as circunstâncias políticas e sociais e do tempo necessário para a elaboração pessoal da experiência (POLLAK, 1989, p. 8-14). Em relação aos testemunhos aqui analisados, eles foram produzidos num momento em que as narrativas dos sobreviventes gradualmente passaram a ganhar independência em relação à meta punitiva, encontrando outros espaços de circulação que não os espaços de denúncia e os tribunais, como livros testemunhais e documentários, iniciando-se um processo de revalorização dos seus compromissos políticos e das suas experiências pessoais (CRENZEL, 2011). A sua produção partiu do pressuposto de que a situação de entrevista pode servir também como um momento de reparação, de reconhecimento de histórias negadas pelo Estado, de individualidades e subjetividades arrasadas pela repressão e da possibilidade de agência de pessoas geralmente entendidas apenas como vítimas. Consequentemente, as entrevistas do Arquivo Oral do Memoria Abierta nos permitem analisar a participação desses indivíduos em distintos espaços políticos e de mobilização, como, por exemplo, o movimento argentino pelos direitos humanos.

### **As modalidades de inserção dos sobreviventes dos centros clandestinos de detenção no movimento argentino pelos direitos humanos.**

Os sobreviventes dos CCD eram homens e mulheres que tinham um passado, um histórico, o que permitiu aos militares, principalmente os agentes de inteligência, designá-los, primeiro como atores políticos suscetíveis de opor-se ao projeto político posto em prática com o golpe civil-militar de 24 de março de 1976, e então como alvos da repressão. Buscava-se assim desestruturar o movimento social ao qual se associavam e as suas redes sociais, o que incluíam indivíduos que antes de ser sequestrados e desaparecidos eram tanto militantes das organizações guerrilheiras como os integrantes de outras correntes, em geral da esquerda, que desenvolviam sua ação nas cidades ou nas periferias urbanas, os ativistas sindicais e estudantis, os militantes sociais, qualquer que fosse o seu vínculo com alguma dessas organizações (AGUILA, 2008, p. 69). Com o avanço das tarefas de denúncia, somaram-se a esse os membros dos grupos de direitos humanos. Assim, apesar de ter havido vítimas casuais como vizinhos ou algum familiar de um dos sequestrados que cruzaram o caminho das forças de segurança, em sua grande maioria, foram os militantes políticos com distintas experiências prévias e vinculações que constituíram a população massiva dos campos e, posteriormente, em sua minoria, tornaram-se sobreviventes (CALVEIRO, 2008, p. 44-46).

Embora alguns tenham sido assassinados, ou legalizados rapidamente e levados às prisões legais mantidas pela ditadura, a maioria foi alojada em um dos CCD, onde os delinquentes subversivos ou delinquentes terroristas, segundo os jargões militares, ficavam detidos ilegalmente por tempo indeterminado, variando de dias a anos. As coincidências nos relatos dos sobreviventes evidenciam que o sistema era praticamente o mesmo em todos os CCD; logo não se tratavam de operações isoladas ou autônomas, mas planejadas

MARCOS TOLENTINO

pela hierarquia militar e executada pelas Forças Armadas em seu conjunto. Concluído o período de interrogatório/tortura, eles tinham os seus nomes substituídos por números, viam-se isolados do mundo exterior, e eram submetidos a uma privação sensorial e motriz generalizada – os olhos vendados, a fala proibida, os movimentos limitados. Conviviam cotidianamente com os torturadores e com suas ameaças de morte; com os limites porosos entre as estratégias de sobrevivência e a colaboração; com os tormentos físicos e psicológicos; e com a falta de perspectivas futuras. Porém, alguns conseguiram desenvolver estratégias de resistência: olhar por debaixo das vendas; reconhecer os agentes da repressão por suas vozes e pelas tarefas que assumiam; decifrar a rotina dos CCD; praticar atos de solidariedade com outros detidos; sobretudo, criar espaços de comunicação entre si, para contar seus nomes e militâncias, as circunstâncias do seu sequestro e aqueles que estavam esperando por informações do seu paradeiro. Consequentemente a ideia de se salvar para denunciar tornou-se uma das razões para sobreviver (PASTORIZA, 2004, p. 54; AGUILA, 2008, p. 81; CRENZEL, 2008, p. 34- 35; MEMORIA ABIERTA, 2012, p. 37).

Salvar-se não se garantiria apenas por seus parâmetros de conduta: a escolha dos sobreviventes aparentemente se tratou de um processo aleatório e arbitrário, com diversas explicações, um demonstrativo da onipotência dos responsáveis pelos CCD (CALVEIRO, 2008, p. 159-160). O resultado do conseqüente traslado, etapa final do processo de desaparecimento, era a mudança da sua condição de desaparecido para legalizado, posto prontamente em liberdade, ou tornando-se preso político sob disposição do Poder Executivo Nacional (PEN).<sup>12</sup> Para os que foram liberados, reaparecer trouxe o dilema de reconstruir suas vidas onde viviam antes de entrar na clandestinidade ou de serem sequestrados; partir para o exílio interno em alguma outra cidade; ou seguir para o exílio. Ainda que não possamos considerar que as formas que cada um dos sobreviventes encontrara para viver o

período da liberdade foram as mesmas, algumas vivências se repetiram. No processo de reinserção social, encontraram dificuldades para retomar suas atividades ocupacionais, seja de trabalho ou estudo, principalmente devido às sanções impostas pelos processos legais instaurados contra eles pela ditadura (CATELA, 2001, p. 112-113). Além disso, enfrentaram o vazio deixado pela ausência de conjugues, familiares e companheiros de militância. Segundo Adriana Calvo, o dever de contar assumido nos CCD como uma das razões para sobreviver, ou a necessidade surgida uma vez garantida a liberdade, encontrou ainda nos entornos sociais e familiares incredibilidade acerca do que relatavam, os desejos de não escutar, de esquecer o passado, e a atribuição de culpas. Em suas palavras:

Recuerdo las palabras textuales de uno de mis hermanos cuando quise contarle lo que había pasado, al día siguiente de mi libertad: “No cuentes, no cuentes, mirá, olvidáte, te hace mal”. (...) Además, las acusaciones contra uno, muy generales. “Lo que le hiciste a mamá”. Yo lo hice, no la dictadura. Mi vieja estuvo en terapia intensiva, casi la muerte, mi suegra también, durante el período en que nos buscaron. Fueron tres meses en total. ‘Dejáte de joder, Adriana, ¿no te alcanza con lo que hiciste a mamá?’ Duro, ¿no? (CALVO, 1996, p. 111-112)

Ser um sobrevivente dos CCDs nos anos da ditadura era dar um rosto e um nome ao subversivo contra o qual a ditadura civil-militar livrava as suas políticas repressivas. Apesar de muitos não se identificarem como tais, não podemos desconsiderar os efeitos do seu reaparecimento no seu entorno social, destinatário privilegiado das mensagens que circulavam sobre a guerra anti-subversiva.

<sup>12</sup> Durante a mais recente ditadura, as prisões e os CCDs formaram um continuum repressivo, um demonstrativo de que as Forças Armadas montaram uma articulação entre as instâncias repressivas legais e ilegais. O Decreto 1.209, de 06 de julho de 1976, estabeleceu a coordenação dos organismos penitenciários de nível nacional e provincial para o alojamento e traslados de detidos, processados e condenados, assim como de indivíduos postos à disposição do PEN. Isto significava que podiam permanecer presos sem a necessidade de ser submetidos a qualquer processo judicial. Além de representarem diferentes facetas de um mesmo plano repressivo, nas prisões também foram adotados a tortura e o desaparecimento. No total, 157 presos políticos desapareceram após terem aparentemente ganhado a liberdade. A grande diferença é que, ao chegar às prisões, os indivíduos recobravam uma existência pública e formal, garantindo inclusive o direito de comunicar-se com familiares e advogados. Baseando-se nessa diferença, no nosso trabalho, optaremos por trabalhar a trajetória daqueles que, mesmo posteriormente tendo passado por um dos cárceres legais da ditadura, atravessaram a experiência do desaparecimento em um dos CCDs. Ver: MEMORIA ABIERTA, 2012, p. 34-36.

MARCOS TOLENTINO

Para parte da sociedade argentina que consentiu e aderiu à ditadura civil-militar, os métodos repressivos eram adotados contra aqueles que algo tinham feito, culpando-se as suas vítimas, merecedoras do castigo recebido – o por algo será (NOVARO; PALERMO, 2007, p. 176-177). Este estigma social que inicialmente serviu para justificar a repressão, posteriormente passou a ser utilizado de maneira recorrente em busca de explicações para a sua sobrevivência, relacionado ao fato de sua liberação na maioria dos casos ter sido fruto da decisão de seus próprios captores (PASTORIZA, 2004, p. 55; CRENZEL, 2008, p. 44). Portanto, o por algo será, que gerava acusações implícitas e desconfianças sobre o seu desaparecimento, parecia sintetizar as formas como se entendia o seu reaparecimento, sobretudo entre os familiares de desaparecidos políticos. Em liberdade, uma das primeiras ações de muitos sobreviventes foi procurar familiares daqueles que reconheceram durante a sua passagem pelos CCDs. Porém, quase sempre se colocava o questionamento por que seus entes queridos continuavam desaparecidos e eles não, atitude esta que se estendeu aos que faziam parte dos organismos de direitos humanos.<sup>13</sup>

Os sobreviventes eram vistos com desconfiança ainda pelos outros denunciadores do movimento argentino pelos direitos humanos por seus relatos apontarem a constatação de que a grande maioria dos desaparecidos ao serem trasladados fora assassinada como parte de um plano criminal estatal. Logo, acirravam alguns conflitos e disputas no interior do movimento: de um lado, questionavam uma das principais bandeiras defendida por parte dos organismos tanto na Argentina quanto no exterior – a aparição com vida de todos os desaparecidos; do outro, demonstravam a dificuldade de parte deles em adotar publicamente a tese de que a detenção seguida de desaparecimento se tratava de uma política oficial da ditadura e não de excessos cometidos por alguns membros de forças para-policiais (LONGONI, 2007, p. 24-25; JELIN, 2017, p. 104-15). Segundo o relato de Jorge Watts, sobrevivente de El Vesubio:

Esa cosa de ser un sobreviviente era algo que yo estaba entrenando y que era complicado. Y después, en el primer jueves de esa semana, me fui a la Plaza de Mayo, a la ronda de las madres, y, bueno, fue muy raro todo (...) había una actitud juntarse a preguntarme cosa, un sobreviviente, un vivo, un reaparecido, toda esa historia. Pero noté una cosa, por un lado muy lindo poder contar, hablar con ellas, besarlas, y poder agradecerlas por lo que hicieron por nosotros, lo que creo que tiene mucho que ver con que yo sea un sobreviviente. Pero, por otro lado, había también una actitud de, bueno, por algo será que a este lo soltaron, que uno lo notaban, que todavía se nota algunas veces, que por algo será que los llevaron y que por algo será que reaparecieron. O sea, nosotros no éramos tipos confiables, éramos tipos que habían traicionado, habíamos cometido algún delito para que lo logremos sobrevivirlo.<sup>14</sup>

Apesar de tais dificuldades, foi no movimento argentino pelos direitos humanos que muitos sobreviventes puderam reconstruir uma rede de afeto e reinserir-se politicamente. Podemos citar, por exemplo, o caso de Emilce Moler, uma das sobreviventes do episódio conhecido como “La noche de los Lápices”.<sup>15</sup> Em sua entrevista ao *Memoria Abierta*, ela relatou que se aproximou aos organismos de direitos humanos de Mar del Plata, a partir de 1982, encontrando ali pessoas que compartilhavam com ela experiências em comum, relativas à sua militância estudantil secundarista e ao seu sequestro e desaparecimento em La Plata. Segundo Emilce Moler, com essas pessoas ela pôde reconstruir uma “rede de afetos”, até então arrasada pela ausência de seus “afetos da adolescência”, que se encontravam presos, exilados, mortos ou desaparecidos. Além disso, nas marchas promovidas pelos organismos paulatinamente superou o isolamento em que se encontrava e voltou a participar de atividades públicas.<sup>16</sup>

Como fora comum durante os anos da ditadura, esses homens e mulheres circularam indistintamente pelos diversos organismos, pertencendo e colaborando com vários ao mesmo

14 *Memoria Abierta*, Testimonio de Jorge Watts, Buenos Aires, 2003

15 *La noche de los lápices* é o nome pelo qual se tornaram célebres os procedimentos repressivos ocorridos durante o mês de setembro de 1976, quando um grupo de estudantes secundaristas foram sequestrados em La Plata como parte da repressão ao movimento estudantil, dentre os quais estavam: Francisco López Muntaner, María Claudia Falcone, Claudiode Acha, Horacio Ángel Ungaro, Daniel Alberto Racero, María Clara Ciochini, Pablo Díaz, Patricia Miranda, Gustavo Calloti e Emilce Moler. A maioria deles haviam sido militantes da Unión de Estudiantes Secundarios (UES), uma das frentes de massa dos Montoneros; com exceção de Pablo Díaz, integrante da Juventud Guevarista (JG); e Patricia Miranda, sobre a qual não temos informações sobre sua vinculação com qualquer organização política. Desse grupo, somente os quatro últimos sobreviveram. Ver: TOLENTINO, 2014.

16 *Memoria Abierta*, Testimonio de Emilce Moler, Buenos Aires, 2006.

13 Para uma discussão sobre a associação entre sobreviventes e traidores, ver: TELLO, 2014.



MARCOS TOLENTINO

tempo, a depender das atividades de contenção oferecidas (JELIN, 1995, p. 107). O contato com os espaços de militância humanitária e a decisão de dar continuidade às suas atividades políticas nesse campo resultou numa modificação das identidades políticas anteriores dos sobreviventes em prol de uma militância antiditatorial, uma valorização da democracia e da plena vigência dos direitos e das liberdades fundamentais, sobretudo a partir da percepção da derrota e dos limites dos antigos projetos revolucionários. Nesse sentido, uma das principais consignas da AEDD é “porque militávamos, nos desapareceram; porque nos apareceram, seguimos militando”. Portanto, podemos perceber que de sobreviventes alguns deles se tornaram ex detidos-desaparecidos, constituindo uma nova identidade política na qual reivindicavam um passado de militância, ao mesmo tempo em que reconstituíam sua atividade política ao tornar a sua experiência de sequestro, tortura e desaparecimento um dos seus eixos de ação. Nesse sentido, a entrevista de Mario Villani chamou nossa atenção por destacar dois elementos de distinção da AEDD frente aos outros organismos - ser formado especificamente por sobreviventes e com diferentes origens militantes:

(...) pienso que es un organismo de derechos humanos especial porque es específico de sobrevivientes, es formado por sobrevivientes que siguen siendo militantes, sobrevivientes que rescatan su historia militante independientemente de ser distintos tipos de militantes, pues hay gente que viene de organizaciones armadas, hay gente que no viene de organizaciones armadas, hay gente que viene de Montoneros, hay gente que viene de ERP, hay gente que viene de Vanguardia Comunista, de montones de lugares distintos, armadas y no armadas, pero están en la Asociación. Y siguen militando, siguen militando por lo menos en los derechos humanos (...). 17

Inicialmente, a inserção dos sobreviventes no movimento argentino pelos direitos humanos relacionou-se, sobretudo à possibilidade de testemunhar e denunciar o que ocorrera nos CCDs. Porém, testemunhar durante a ditadura não era uma tarefa simples para os sobreviventes.

De acordo com Pilar Calveiro, após a entrada nos CCD, iniciava-se um processo de “desaparecimento da identidade” da vítima, que incluía a substituição do seu nome por um número que a identificaria, a tentativa de eliminação de atitudes de resistência através da aplicação sistemática da tortura e o isolamento do mundo exterior e dos seus vínculos com ele. 18 Gabriel Gatti aponta que a modalidade repressiva do desaparecimento forçado de pessoas produzia uma devastação da identidade da sua vítima “*El detenido-desaparecido es individuo retaceado; es un cuerpo separado de nombre; es una conciencia escindida de su soporte físico; es un nombre aislado de su historia; es una identidad desprovista de su credencial cívica, de sus cartas de ciudadanía*” (GATTI, 2011, p. 61).

Nesse quadro de anulação da identidade e da subjetividade, a memória dos sequestrados era inclusive uma fonte de informação almejada por seus torturadores e estimulada para produzir novos sequestros (CRENZEL, 2008, p. 35). Além disso, os efeitos desse processo se perpetuavam uma vez que esses homens e mulheres saíam em liberdade. De acordo com Cristian Rama, os seus “processos de reparaçãõ” eram marcados pelo isolamento social e político; pelas sequelas físicas, emocionais e psicológicas fruto das violências sofridas; e pela reiterada presença de seus sequestradores e torturadores (RAMA, 2015). Logo, ao testemunhar, os sobreviventes “rompem o isolamento na vivência da dor”; elaboram um sentido para a sua existência que a repressão ditatorial tentou negar; reconstroem e reafirmam a sua subjetividade que a prática do desaparecimento tentou destruir (RAGO, 2013). Alcançam assim o que Julieta Lampasona indicou ser a (sobre) vida desses indivíduos: a sua reconstrução subjetiva através do reconhecimento da potência criativa individual e coletiva e da capacidade de encontrar diversas formas de elaboração para a experiência limite do próprio desaparecimento (LAMPASONA, 2017, p. 310-311).

17 Memoria Abierta, Testimonio de Mario Cesar Villani, Buenos Aires, 2002.

18 CALVEIRO, Pilar. Poder y desaparición: los campos de concentración en Argentina. Buenos Aires: Colihue, 2008.

MARCOS TOLENTINO

Entretanto, para que esses processos de reconstruções subjetivas e identitárias ocorressem era necessário que os sobreviventes encontrassem nos organismos de direitos humanos um espaço de acolhimento e de escuta para os seus relatos. Como demonstrou Elizabeth Jelin, o que entendemos como “movimento pelos direitos humanos” é marcado mais pela heterogeneidade dos seus participantes do que pela coesão interna, com uma diversidade de lógicas, estratégias, tarefas assumidas e demandas. (JELIN, 2017, p. 95-99). Logo, o tratamento recebido pelos sobreviventes pode ter variado entre os organismos. Os seus primeiros testemunhos, por exemplo, foram essenciais para a definição dos objetivos e da ação de Avós da Praça de Maio: o contato com pessoas que saíram com vida dos CCD e que confirmavam os rumores de que as grávidas eram mantidas vivas até dar à luz, para logo serem separadas dos seus bebês, foi determinante para dotar o organismo de uma identidade própria e para produzir as suas próprias estratégias de busca pelas crianças. Nesse quadro, as viagens realizadas ao exterior foram importantes tanto para difundir suas buscas, como para reunir dados que demonstraram a existência de um plano sistemático de apropriação de bebês que incluía maternidades clandestinas, profissionais da área de saúde e famílias de civis e militares interessados em “adotar” os filhos dos desaparecidos. 19 Alguns desses dados eram recolhidos com sobreviventes como, por exemplo, em 1981 quando algumas avós viajaram a Genebra e se reuniram com mulheres sobreviventes da ESMA, tomando conhecimento sobre o funcionamento de uma maternidade clandestina nesse CCD. Nesse quadro, um dos primeiros destinos internacionais das Avós foi o Brasil, onde elas contataram o Comitê de Defesa dos Direitos Humanos no Cone Sul – o CLAMOR. De acordo com Rita Arditti, a partir de 1979, as Avós estabeleceram uma importante colaboração com o CLAMOR que as conectou com dezenas de sobreviventes e abriu seus arquivos de testemunho

19 Segundo a terminologia utilizada pelas Avós e por agentes estatais argentinos, os filhos dos desaparecidos não foram “adotados” e, sim, “apropriados”. Refere-se, assim, à experiência de crianças que, ao ser vítimas de distintos procedimentos, foram consideradas mais como bens, ou “botins de guerra”, do que como sujeitos. A sua “apropriação” é interrompida com o processo de “restituição” ou “recuperação” de sua identidade; termo judicial que se refere ao processo pelo qual a criança localizada é entregue aos seus familiares de origem. Ver: REGUEIRO, 2012, p. 17.

para elas (ARDITTI, 1999, p. 65; ABUELAS DE PLAZA DE MAYO, 2007, p. 43).

Uma das sobreviventes com as quais as Avós estabeleceram contato no Brasil foi Alcira Rios, sobrevivente do CCD La Cacha, que, num desses encontros, confirmou para Estela de Carlotto, atual presidenta da instituição, que o seu neto, Guido, havia nascido ali. 20 Após retornar para a Argentina, com o fim da ditadura, ela passou a militar ativamente com as Avós da Praça de Maio, tornando-se uma de suas advogadas. Em seu testemunho para o Arquivo Oral do Memoria Abierta, ela aponta para o diálogo estabelecido entre ela, uma sobrevivente, e distintos organismos de direitos humanos no Brasil:

Nosotros como hicimos tantas denuncias en Brasil, en Brasil nos encontramos con las Abuelas y ahí está la explicación de porqué yo estoy en Abuelas (...). Cuando nosotros estábamos en Brasil, estábamos con compañeros argentinos y brasileños haciendo ese Comité y demás un día vienen a buscarnos un compañero argentino de Entre Ríos (...) Gustavo viene a buscarnos y dice que andaban las Abuelas de Plaza de Mayo que querían hablar con sobrevivientes de los campos, si nosotros queríamos hablar porque había gente que cuando salía no quería hablar, si nosotros si habíamos hablado con...La mejor amiga mía es una inglesa que está casada con un brasileño y que es la representante de la BBC de Londres, Jan Rocha. Y, si, nosotros habíamos hablado, hablamos con la prensa, hablamos con Amnistía, hicimos...Nosotros denunciábamos porque teníamos la peregrina idea de que íbamos salvar los que habían quedado en el campo. Entonces cuando llegaron las Abuelas nos reunimos con las Abuelas (...). 21

Na Argentina, nos últimos anos da ditadura, muitos sobreviventes encontraram no Centro de Estudios Legales y Sociales (CELS), um organismo de direitos humanos que desde o seu início, por se dedicar a impulsionar denúncias judiciais, logo reconheceu o valor do testemunho dos sobreviventes. Segundo González Tizón, nascido oficialmente em 14 de março de 1980 a partir de uma cisão da APDH, o CELS desde o princípio tomou a via judicial como o seu instrumento privilegiado na luta contra a ditadura.

20 La Cacha funcionou entre o final de 1976 e o começo de 1979 nos arredores de La Plata, num edifício que antes tinha sido a planta transmissora da Rádio Provincia, situado junto ao complexo penitenciário de Lisandro Olmos. Faziam parte do CCD mais duas outras casas onde ocorriam as torturas e interrogatórios. O seu nome se referia à bruxa Cachavacha, personagem de um desenho animado que fazia com que as pessoas desaparecessem com a vassoura. 2

1 Memoria Abierta, Testimonio de Alcira Rios, Buenos Aires, 2003.

MARCOS TOLENTINO

Dada a sua orientação marcadamente jurídica, ele se tornou um espaço de recepção de testemunhos de sobreviventes sendo central para dotar de um enquadramento legal as suas denúncias e para que elas tivessem certo eco na imprensa local nos últimos anos da ditadura (GONZÁLEZ TIZÓN, 2018, p. 126-131). Essa atitude diferenciada do CELS fica clara, por exemplo, no testemunho para o Memoria Abierta de Victor Basterra, sobrevivente da ESMA:

(...) el CELS abrió mucho las puertas en ese sentido. Yo había tenido fuertes rechazos en otros organismos, como sobreviviente, yo lo veía a medio, no lógico pero comprensible, comprensible de la desconfianza, de la suspicacia hacia uno, un poco lo veía medio comprensivo el desprecio hacia el sobreviviente, “por qué este sobrevive, y mi hijo no sobrevivió”, que eso es lo que recibí como respuesta algunas veces en algunos organismos. 22

Com o fim da ditadura, muitos sobreviventes recorreram à equipe jurídica do CELS para promover causas judiciais sobre seus casos individuais. Dessa forma, acreditamos que o CELS se tornou um local de encontro para indivíduos que estiveram em diferentes CCDs, o que foi determinante para a formação em 1984 da AEDD, um organismo de direitos humanos formado por e para sobreviventes. A importância do CELS para a formação de um espaço próprio de militância de sobreviventes foi citada por Jorge Watts, um dos fundadores da AEDD, numa entrevista que realizamos em abril de 2015:

Mira, primero empezamos a formar la comisión del Vesubio y con el mismo modelo digamos tratamos de hacer algo a nivel nacional, algo más amplio. Yo había militado hasta que salí de la cárcel en un partido que se llamaba Vanguardia Comunista y ellos nos ayudaron bastante en eso. (...) Y bueno tratamos de reproducir ese modelo que te decía, de juntar a los sobrevivientes y los familiares, e investigar qué había pasado con cada uno (...) Entonces fuimos con la base de la gente del Vesubio, algunos de la ESMA, y algunos de otros centros, de Garaje Azorpadó, que fuimos conociendo (...) empezamos armándolo en el CELS, y mis abogados en la causa del Vesubio eran Luis Zamorra y Marcelo Parrilli, que nos había puesto [Emilio] Mignone. Y además nos ayudaron también así que con ese grupo inicial hicimos varias reuniones en el CELS, me acuerdo una que estaba Victor Basterra (...). Y bueno elegimos una primera comisión directiva más o menos representativa. Yo había conocido en el programa televisivo “Nunca Más” a Adriana Calvo, que era de La Plata originariamente (...) primero tenía un poco de miedo de participar, de exponerse, pero ella y el marido [Miguel de Laborde] fueron fundadores. 23

Em 24 de março de 2016, por motivo das comemorações dos quarenta anos do golpe de Estado de 24 de março de 1976, o jornal argentino Página/12 publicou um caderno especial com textos escritos pelos organismos locais de direitos humanos, vinculados à luta por memória, verdade e justiça pelas violações de direitos humanos cometidos pela última ditadura civil-militar argentina (1976-1983). Um dos textos que compõem a publicação foi escrito pela AEDD, sob o título “Las memorias en el cuerpo”, no qual encontramos um balanço de sua trajetória. 24 Esse texto dá conta de uma participação na luta pelos direitos humanos que teria começado quando um grupo de sobreviventes se conheceram no final da ditadura, nos tribunais e, com a redemocratização, nos corredores da CONADEP. Apesar de suas críticas aos julgamentos iniciados em 1985, por deixar em liberdade os repressores que eles apontavam “com nome e apelido”; e pelo fato de que seus relatos serviriam para prescrever a causa de seus companheiros desaparecidos de acordo com a pena correspondente ao delito de privação ilegal da liberdade e o tempo transcorrido da última vez em que foram vistos com vida; eles deram seu testemunho e “saíram às ruas” para protestar por Buenos Aires, em busca do reconhecimento da imprescritibilidade do crime de desaparecimento forçado de pessoas. Paralelamente, se voltaram para iniciativas de reconstrução do ocorrido em cada um dos CCD com os companheiros vistos com vida. Suas reuniões se tornaram conversas sobre a experiência de cada um – as características dos centros clandestinos de detenção, os repressores, o caráter das torturas, os métodos –; e, em cada palavra compartilhada, “aparecia a necessidade de desentranhar o ocorrido nesses lugares de terror e morte”.

24 ASOCIACIÓN DE EX DETENIDOS DESAPARECIDOS. “Las memorias en el cuerpo”. Página/12, 24 de março de 2016. Disponível em [www.pagina12.com.ar/diario/especiales/18-295284-2016-03-24.html](http://www.pagina12.com.ar/diario/especiales/18-295284-2016-03-24.html) Acesso em: 20 set. 2019.

22 Memoria Abierta, Testimonio de Víctor Basterra, La Plata, Buenos Aires, 2008. 23 Entrevista com Jorge Watts, Buenos Aires, 27 de abril de 2015.

MARCOS TOLENTINO

O resultado disso foram os Trabajos de Recopilación de Datos (TRD), incorporados a partir de 2006 nas causas judiciais então reiniciadas contra as violações aos direitos humanos cometidas durante a última ditadura reiniciadas; e que se tornaram um arquivo declarado “Patrimônio da Humanidade” pela UNESCO. Nos anos 1990, além da recopilación de dados sobre os desaparecidos, surgiram internamente da AEDD as primeiras reflexões sobre “por que sobrevivemos”. Tais inquietudes convergiram na realização do seu primeiro seminário, em 1996, “Argentinapostdictatorial ¿ Sociedad de sobrevivientes?”, na Universidade de Buenos Aires, e na publicação de uma revista, “Tantas voces, Tantas vidas”, a partir de outubro de 2000, veículos de circulação de suas interpretações sobre a última ditadura e as suas vítimas. Em 2003, a anulação das leis de impunidade constituiu “um momento de grande alegria e satisfação, ao mesmo tempo que significou uma grande responsabilidade”, pois deveriam montar as denúncias para que prosperassem as causas nos tribunais de instrução. Nesse contexto, a AEDD, diferentemente de outros organismos, adotou posturas críticas frente às políticas de memória e de direitos humanos do Estado; ao desenvolvimento das causas judiciais abertas sobre os crimes cometidos durante a ditadura; e aos usos e apropriações dos espaços onde funcionaram CCD.

Essa breve descrição aponta que, desde a sua fundação em 1984, a AEDD tem participado ativamente da luta pelos direitos humanos na Argentina de diferentes formas, para além da produção e circulação dos testemunhos de seus membros/ sobreviventes dos CCD. Entretanto, trata-se de uma trajetória que ainda precisa ser analisada, de modo a trazer novas perspectivas para os estudos sobre a luta pelos direitos humanos na Argentina, os diferentes perfis de seus militantes e a diversidade de práticas e demandas que compõem esse campo de atuação política.

### **Considerações finais**

Na bibliografia disponível sobre a história do movimento argentino pelos direitos humanos há escassas menções à participação dos sobreviventes.

O estudo da luta pelos direitos humanos na Argentina se iniciou ainda na década de 1980, logo após o final da ditadura, em diálogo com os trabalhos de análise dos chamados “novos movimentos sociais”, destacando sua importância para o surgimento de novas práticas políticas, para a produção de novos espaços de mobilização e para a afirmação de um imaginário republicano. No caso do movimento de direitos humanos, houve um esforço inicial dos primeiros trabalhos investigativos de delimitar os coletivos considerados como partes dele, que nesse momento se restringiram aos que atuavam em Buenos Aires. Como resultado, consolidou-se uma narrativa histórica ainda hoje reproduzida na academia e fora dela, centrada nos chamados “oito organismos históricos” que resistiram à ditadura - a Liga Argentina por los Derechos del Hombre (LADH), o Servicio de Paz y Justicia (SERPAJ), a APDH, Familiares de Detenidos y Desaparecidos por Razones Políticas, os dois grupos que surgiram a partir das Mães da Praça de Maio, Avós da Praça de Maio e o CELS -, processo que teria culminado em 1996 com o surgimento de Hijos por la Identidad y la Justicia contra el Olvido y el Silencio (HIJOS) (ALONSO, 2008).

Além de deixar de fora outros coletivos que surgiram com o fim da ditadura, como a AEDD, essa narrativa histórica reafirma o protagonismo dos familiares na militância pelos direitos humanos. Se, por um lado, ao longo de nossa pesquisa encontramos diversos trabalhos que analisaram a transformação identitária pelo qual passaram tais indivíduos após o sequestro, desaparecimento ou assassinato de um familiar; por outro, há uma escassez de análises sobre a participação de outros perfis de militantes. A nosso ver reforça-se assim um senso comum de que esse movimento é conformado primordialmente por familiares de desaparecidos, obliterando a diversidade do perfil de seus militantes. Além disso, acreditamos que a inserção da recuperação dos sobreviventes no movimento pelos direitos humanos permite-nos analisar tais indivíduos sem o risco da

MARCOS TOLENTINO

revitimização, tomando-os como sujeitos históricos que, após reaparecerem, fizeram uma opção de militância política pela causa dos direitos humanos e, assim, contribuíram de forma decisiva na luta por memória, verdade e justiça. Entretanto, notamos nos últimos anos na Argentina uma série de iniciativas voltadas para recuperar a memória da participação da luta pelos direitos humanos no país e no exterior, como por exemplo, a constituição de arquivos orais e o esforço por parte de alguns organismos de direitos humanos em constituir, organizar e sistematizar a consulta pública de arquivos históricos a partir dos acervos institucionais e pessoais de seus militares, que nos permitem analisar algumas trajetórias esquecidas. Um exemplo disso são as entrevistas que compõe o Arquivo Oral do Memoria Abierta aqui analisadas.

Não podemos desconsiderar os estigmas e suspeitas encontrados pelos sobreviventes ao circularem pelos espaços de luta pelos direitos humanos durante o período ditatorial, elemento recorrente nas análises anteriores. Entretanto, ao centrar-se nas trajetórias específicas de alguns sobreviventes ou, principalmente, de grupos de sobreviventes que durante a ditadura começaram a testemunhar sobre a sua experiência de sequestro e de passagem pelos CCD, elas demonstram que haviam organismos de direitos humanos e espaços de denúncia onde os seus relatos eram escutados e tidos como legítimos. O imperativo de “não esquecer” é algo comum nos testemunhos dos sobreviventes como uma das razões a qual eles se aferravam enquanto estavam nos CCD para sobreviver. Para que esse dever de memória se concretizasse, era necessário encontrar espaços dispostos a escutar e transformar os seus relatos pessoais em denúncias.

Em nossa análise não desmerecemos a importância que o testemunho teve para a inserção dos sobreviventes no movimento argentino pelos direitos humanos. Acreditamos que no momento em que analisamos, quando havia a urgência de produzir saberes sobre a repressão clandestina, esta foi a maneira encontrada por eles para legitimar a sua participação. Por outro lado, nos interessa questionar quais outras modalidades de

participação eles encontraram; por quais organismos de direitos humanos circularam e a quais escolheram se vincular; e de que maneira ressignificaram a bandeira de memória, verdade e justiça, a partir da criação de espaços próprios, como a AEDD. Acreditamos que ao longo das últimas quatro décadas suas formas de participação e suas possibilidades de inserção se modificaram em paralelo às redefinições atravessadas pelo próprio movimento de direitos humanos – um movimento heterogêneo e em constante transformação, com a criação de novas bandeiras, discursos e oportunidades de ação.

Trinta e cinco anos após a sua formação, a AEDD teve uma importante participação em diversos momentos da história da luta pelos direitos humanos na Argentina. Por outro lado, continua ocupando um papel secundário nas narrativas produzidas sobre essa luta. A nosso ver, estudar esse espaço é uma alternativa para analisar diferentes trajetórias no movimento pelos direitos humanos, que não sejam de familiares de desaparecidos. Tornar-se um militante de direitos humanos e vincular-se a um coletivo é uma escolha que não deve ser entendida como uma resposta natural após sofrer uma violação. Estudar os sobreviventes nos permite entender essa escolha, além dos dilemas e conflitos decorrentes dela. Permite também questionar a reconfiguração identitária desses indivíduos, que de militantes de esquerda, passaram a atuar num campo novo, com práticas e discursos próprios. Nesse sentido, analisar as trajetórias dos homens e mulheres que passaram pela AEDD é também uma forma de analisar os sobreviventes dos CCD sem colocá-los apenas no lugar de vítimas, buscando as suas possibilidades de agência na cena pública e num campo de atuação política e coletiva.

#### **Bibliografia.**

ABUELAS DE PLAZA DE MAYO. La Historia de Abuelas. 30 Años de Búsqueda 1977 – 2007. Buenos Aires: Abuelas de Plaza de Mayo, 2007.

AGUILA, Gabriela. Dictadura, represión y sociedad en Rosario, 1976/1983: un estudio sobre la represión y los comportamientos y actitudes sociales en dictadura. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2008

MARCOS TOLENTINO

ALONSO, Luciano. "El surgimiento del movimiento argentino por los derechos humanos en perspectiva comparada". Páginas, revista digital de la Escuela de Historia - UNR. Año 1, Rosario, 2008.

ARDITTI, Rita. Searching for life. The Grandmothers of the Plaza de Mayo and the disappeared children of Argentina. Berkeley: University of California Press, 1999

ASOCIACIÓN DE EX DETENIDOS DESAPARECIDOS. "Las memorias en el cuerpo". Página/12, 24 de março de 2016. Disponível em:

www.pagina12.com.ar/diario/especiales/18-295284-2016-03-24.html Acesso em: 20 set. 2019.

AYALA, Mario. "Reaparecer en el exilio: experiencias de militantes argentinos sobrevivientes de desaparición forzada en Venezuela (1979-1984)". In: Tempo, vol. 25, no. 2, maio/agosto 2019.

BACCI, Claudia; OBERTI, Alejandra; SKURA, Susana. Testimonios en archivos: nuevas perspectivas. História Oral: Revista da Associação Brasileira de História Oral, São Paulo, v. 15, n. 2, 2012.

CALVEIRO, Pilar. Poder y desaparición: los campos de concentración en Argentina. Buenos Aires: Colihue, 2008

CALVO, Adriana. "Los campos". In: GELMAN, Juan (org.). Ni el flaco perdón de Dios. Buenos Aires: Planeta, 1996, p. 111-112.

Da Silva CATELA, Ludmila. Situação limite e memória: a reconstrução do mundo dos familiares de desaparecidos da Argentina. São Paulo: Hucitec, Anpocs, 2001

CARNOVALE, Vera; LORENZ, Federico; PITTALUGA, Roberto. Memoria y política en la situación de entrevista. En torno a la constitución de un archivo oral sobre Terrorismo de Estado en la Argentina. In: CARNOVALE, V.; LORENZ, F.; PITTALUGA, R. (Org.). Historia, memoria y fuentes orales. Buenos Aires: CeDInCI Editores, 2006.

CARNOVALE, Vera; NAFTAL, Alejandra. La construcción del Archivo Oral de Memoria Abierta. 2004. Disponível em: &lt;http://revistas.uis.edu.co/index.php/revistacyp/article/view/7250/7498&gt; Acesso em: 30 ago. 2018.

CRENZEL, Emilio. La historia política del Nunca Más. La memoria de las desapariciones en la Argentina. Buenos Aires: Siglo XXI Ed., 2008

\_\_\_\_\_. "La memoria de los desaparecidos". In: ANDREOZZI, G. (Org.). Los juicios por los crímenes de lesa humanidad en Argentina. Buenos Aires: Atuel, 2011.

FELD, Claudia. Del estrado a la pantalla. Las imágenes del juicio a los ex comandantes en Argentina. Buenos Aires: Siglo XXI, 2002

\_\_\_\_\_. "¿Hacer visible la desaparición? Fotografías de ex detenidos-desaparecidos en el testimonio de Víctor Bastera". In: Clepsidra. Revista interdisciplinaria de estudios sobre memoria, n°1, marzo de 2014

\_\_\_\_\_. "La prensa de la transición ante el problema de los desaparecidos: el discurso del 'show del horror'". In: FELD, Claudia; FRACO, Marina (dir.). Democracia, hora cero: actores, políticas y debates en los inicios de la postdictadura. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2015.

FRANCO, Marina. El exilio. Argentinos en Francia durante la dictadura. Buenos Aires: Siglo XXI, 2009

GATTI, Gabriel. Identidades desaparecidas. Peleas por el sentido en los mundos de la desaparición forzada. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2011

GONZÁLEZ TIZÓN, Rodrigo. "Cada voz que se alce puede salvar una vida en Argentina: la producción testimonial de los sobrevivientes de los Centros Clandestinos de Detención en el marco de la Comisión Argentina por los Derechos Humanos (1979- 1983)". In: Papeles de Trabajo: La revista electrónica del Idaes (Buenos Aires), v. 10, n. 17, 2016.

\_\_\_\_\_. Militancia humanitaria y testimonio. Los sobrevivientes de 'El Vesubio' y la denuncia de los crímenes de la última dictadura (1978-2016). Tese (Doutorado em História) - Instituto de Altos Estudios Sociales, Universidad de General San Martín. Buenos Aires, 2018a.

\_\_\_\_\_. "Denuncia y representación mediática de los sobrevivientes en la postdictadura: el caso de El Vesubio (1983-1984)". In: Questión (Buenos Aires), v. 1, n. 58, 2018b.

GRUSS, Luis. "El duro oficio de sobrevivir". El Periodista de Buenos Aires, n° 135, 10 a 16 de abril de 1987.

GUGLIELMUCCI, Ana. La consagración de la memoria: una etnografía acerca de la institucionalización del recuerdo sobre los crímenes del terrorismo de Estado. Buenos Aires: Antropofagia, 2013

JELIN, Elizabeth. "La política de la memoria: el movimiento de derechos humanos y la construcción democrática en la Argentina". In: ACUÑA, Carlos [et.al.]. Juicio, castigo y memoria. Derechos Humanos y justicia en la política argentina. Buenos Aires: Nueva Visión, 1995

\_\_\_\_\_. "¿Víctimas, familiares o ciudadano/as? Las luchas por la legitimidad de la palabra". In: CRENZEL, Emilio (coord.). Los desaparecidos en la Argentina. Memorias, representaciones e ideas (1983-2011). Buenos Aires: Biblos, 2011

\_\_\_\_\_. La lucha por el pasado: Cómo construimos la memoria social. Buenos Aires: Siglo XXI Eds., 2017.

JENSEN, Silvina. Los exiliados. La lucha por los derechos humanos durante la dictadura. Buenos Aires: Sudamericana, 2010.

AMPASONA, Julieta. Entre la desaparición y la (re-) aparición. Un análisis de las inscripciones biográficas de la experiencia de la (propia) desaparición en los sobrevivientes de los Centros Clandestinos de Detención en la Argentina. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires. Buenos Aires, 2017

MARCOS TOLENTINO

LONGONI, Ana. Traiciones. La figura del traidor en los relatos acerca de los sobrevivientes de la represión. Buenos Aires: Norma, 2007.

MEMORIA ABIERTA. "...y nadie quería saber". Relatos sobre violencia contras las mujeres en el terrorismo de Estado". Buenos Aires: Memoria Abierta, 2012

NOVARO, Marcos & PALERMO, Vicente. A Ditadura Militar Argentina 1976-1983: Do Golpe de Estado à Restauração Democrática. São Paulo: EDUSP, 2007

PARK, Rebekah. The reappeared: Argentine former political prisoners. Londres: Rutgers University Press, 2014

PASTORIZA, Lila. "Una mirada que se abre al futuro". Puentes, Comisión Provincial por la Memoria, ano 5, num. 13, La Plata, novembro 2004

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.2, n. 3, 1989.

RAGO, Marageth. A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenção da subjetividade. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

RAMA, Cristian. Sobreviviendo: Experiencias en el marco del proceso de sobrevivientes de los centros clandestinos de detención de la última dictadura militar. Tese (Licenciatura em História) - Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires. Buenos Aires, 2015

REGUEIRO, Sabrina Amantze. Apropiación de niños, familias y justicia. Argentina (1975- 2012). Rosario: Prohistoria Ediciones, 2012

SIKKINK, Kathryn. "A Emergência, Evolução e Efetividade da Rede de Direitos Humanos da América Latina". In: JELIN, Elizabeth; HERSHBERG, Eric (orgs.). Construindo a Democracia: Direitos Humanos, Cidadania e Sociedade na América Latina. São Paulo: Editoria da Universidade de São Paulo, 2006

TAHIR, Nadia. Les associations de victimes de la dictadura: politiques de droits de l'homme et devoir de mémoire en Argentine (1976-2007). Thèse (Docteur en Études Romanes/Espagnol) - École Doctorale IV: Civilisations, cultures, littératures et sociétés

CRIMIC-Centre de Recherches Interdisciplinaires sur les Mondes Ibériques Contemporains (XIXème-XXIème). Université Paris-Sorbonne, 2011.

TELLO, Mariana. "Una vara com qué medirnos", Uma lectura antropológica sobre los sentidos de la transgresión y la 'traición' en las memorias sobre la militancia en 'los 70'. In: Contenciosa, Año II, nro. 3, segundo semestre 2014. "Yo acuso: un análisis antropológico sobre lo jurídico en los primeros testimonios acerca de La Perla". In: Clepsidra. Revista interdisciplinaria de estudios sobre memoria, nº4, pp.90-115, octubre de 2015.

TOLENTINO, Marcos. Os outros rostos de 'La Noche de los Lápices': memória e testemunho dos sobreviventes de um episódio emblemático da repressão durante a última ditadura civil-militar argentina (1976-1983). História Oral: Revista da Associação Brasileira de História Oral, São Paulo, v. 17, n. 1, 2014.

VEZZETTI, Hugo. Pasado y presente. Guerra, dictadura y sociedad en la Argentina. Buenos Aires: Siglo XXI, 2002.

### Fontes.

CEDINCI. Asociación de Ex Detenidos Desaparecidos. Acto de presentación. Fines y objetivos. ¿Por qué esta asociación? En qué momento nace. Homenaje a los organismos con vida. Buenos Aires, 29 de outubro de 1984. Entrevista com Jorge Watts, 27 de abril de 2015.

Memoria Abierta, Testimonio de Antonia Álvarez de Cristina, Buenos Aires, 2001

Memoria Abierta, Testimonio de Mario Cesar Villani, Buenos Aires, 2002.

Memoria Abierta, Testimonio de Alcira Rios, Buenos Aires, 2003.

Memoria Abierta, Testimonio de Darío Machado, Buenos Aires, 2003

Memoria Abierta, Testimonio de Guillermo Lorusso, Buenos Aires, 2003.

Memoria Abierta, Testimonio de Jorge Watts, Buenos Aires, 2003

Memoria Abierta, Testimonio de Emilce Moler, Buenos Aires, 2006.

Memoria Abierta, Testimonio de Syra Franconetti, Buenos Aires, 2008.

Memoria Abierta, Testimonio de Víctor Bastera, La Plata, Buenos Aires, 2008.

Marcos Tolentino (marcosoat@hotmail.com)  
Universidade Estadual de Campinas